



PSD continua a propor menos magistrados no Conselho Superior do Ministério Público

PSD volta a atirar-se aos magistrados com proposta já derrotada

Programa de Rio para a justiça insiste em reduzir procuradores no Conselho Superior. No combate à corrupção, PS quer impor nojo a políticos corruptos

Nelson Morais
sociedade@jn.pt

CONFRONTO O PSD foi o principal derrotado no processo de revisão dos estatutos das magistraturas, mas o programa com o qual concorre às eleições de 6 de outubro insiste na proposta mais emblemática e controversa que ali apresentou: a recomposição do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), para "garantir que a maioria dos seus membros seja composta por não magistrados".

Nos programas das seis maiores forças políticas para o setor da justiça, onde se fala muito de corrupção e violência doméstica, o PSD de Rui Rio é o único a refletir uma posição crítica relativamente às magistraturas.

São várias, e surgem logo no início do capítulo dedicado à justiça, as medidas com que o PSD se propõe melho-

rar o sistema mexendo diretamente na magistratura judicial e na do Ministério Público (MP). A primeira a ser apontada é precisamente a da recomposição dos "conselhos superiores" - num plural que será um lapso, visto que o CSMP é o único onde subsiste uma maioria de magistrados. Na revisão do Estatuto do MP, os sociais-democratas já haviam proposto a inversão daquela relação de forças, incendiando os ânimos a ponto de suscitar intervenções, desfavoráveis e inusitadas, do presidente da República e da procuradora-geral.

O PSD acabou por votar sozinho a favor daquela sua proposta, e é isolado que insiste agora nela, juntando-lhe uma reforma do sistema de avaliação de magistrados, regras para que os cidadãos possam queixar-se daqueles que não cumprem

horários e agendamentos, e a criação do "provedor do utente judiciário", entre outras.

O reforço de meios do MP e da Polícia Judiciária, para enfrentar o crime de colarinho branco, é uma das ideias que reúnem maior consenso entre os partidos com assento parlamentar. O PS é o único que não a expressa, embora prometa "um combate determinado contra a corrupção". É por isso que propõe uma pena acessória para titulares de cargos políticos condenados por corrupção, que impeça a sua eleição ou nomeação para novos cargos durante dez anos.

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO
O PCP (que integra a CDU com o PEV) e o BE insistem na criminalização do "enriquecimento injustificado", aproveitando os comunistas para clarificar que, pelo

contrário, se opõem à "delação premiada". O CDS não fala em delação premiada, sendo que promete "um verdadeiro estatuto do arrendido", com benefícios para os arguidos que ajudam as autoridades, mas, "sempre", censura penal. Além disso, preconiza, tal como o PAN, um regime de proteção de denunciadores.

A violência doméstica também ganhou espaço nos programas partidários. Embora sem grandes novidades, face ao debate dos últimos tempos. O PS ainda pondera, num quadro constitucional que proíbe tribunais especializados em tipos de crime, pôr sob o mesmo juízo os processos criminais e as questões tutelares hoje entregues à jurisdição de família e menores. O PAN remete antes para a importância de "garantir a articulação" daqueles dois tipos de processos. ●

OUTRAS PROPOSTAS

Polícia única

O PAN quer "estudar a possibilidade de agregar todas as forças policiais e serviços de segurança pública numa polícia única".

Condenar o Fisco

O CDS propõe a condenação do Fisco a indemnizar os particulares, sempre que litigue sobre questão em que a sua posição já foi vencida em três sentenças.

Investir nas prisões

O PCP quer uma Lei de Programação de Investimentos no Parque Prisional, dizendo que esta garantirá meios para travar a degradação das prisões.

Fim dos vistos gold

O BE insiste no fim dos vistos gold, associando-os a corrupção e a uma "duplicidade inaceitável" em matéria de imigração.

Recuperar edifícios

O PSD quer remodelar imóveis devolutos do Estado para serviços da justiça.

Aliviar tribunais

O PS propõe-se aumentar o número de crimes em que é possível a suspensão provisória do processo.

LITÍGIOS

Bloco central aposta na arbitragem

O PS, o PSD e o CDS defendem o reforço do recurso à arbitragem, em prejuízo dos tribunais, para resolução de litígios entre privados e aqueles que opõem privados ao Estado. A morosidade dos tribunais é o grande argumento invocado. E o PCP é o único partido com assento parlamentar que promete "dar firme combate ao processo de crescente desjudicialização e privatização da justiça, incluindo o recurso à arbitragem nos litígios que envolvem o Estado". O BE não aborda a questão.